

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - *CAMPUS* CACOAL**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ALANCLAY ALVES DE LIMA**

**BALANÇO SOCIAL: COMO ESTA DEMONSTRAÇÃO INFLUENCIA  
AS EMPRESAS E COMO É TRATADA PELA LEGISLAÇÃO  
BRASILEIRA**

**ARTIGO DE GRADUAÇÃO**

**CACOAL – RO**  
**2007**

**ALANCLAY ALVES DE LIMA**

**BALANÇO SOCIAL: COMO ESTA DEMONSTRAÇÃO INFLUENCIA  
AS EMPRESAS E COMO É TRATADA PELA LEGISLAÇÃO  
BRASILEIRA**

**Artigo apresentado à Fundação Universidade  
Federal de Rondônia, Campus de Cacoal, como  
requisito parcial para obtenção do Título de  
Bacharel em Ciências Contábeis.**

**Prof. Wellington Silva Porto, Ms. – Orientador.**

**Cacoal – RO  
2007**

**BALANÇO SOCIAL: COMO ESTA DEMONSTRAÇÃO INFLUÊNCIA  
AS EMPRESAS E COMO É TRATADA PELA LEGISLAÇÃO  
BRASILEIRA**

Por

**ALANCLAY ALVES DE LIMA**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, Curso de Ciências Contábeis, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, mediante a Banca Examinadora, formada por:

---

Presidente: Prof. Wellington Silva Porto, Ms. – Orientador, UNIR

---

Membro: Profa. Lúcia Setsuko Ohara Yamada, Ms, UNIR

---

Membro: Profa. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira, Ms, UNIR

Cacoal, 18 de junho de 2007.

# **BALANÇO SOCIAL: COMO ESTA DEMONSTRAÇÃO INFLUENCIA AS EMPRESAS E COMO É TRATADA PELA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

Alanclay Alves de Lima<sup>1</sup>

## **Resumo:**

O presente artigo apresenta como a demonstração do balanço social surgiu no Brasil e como a mesma vem sendo desenvolvida, as finalidades e objetivos da mesma, a maneira como a legislação brasileira trata o tema da obrigação da elaboração e as idéias de autores sobre obrigação, padronização e modelos de balanços sociais. Questiona-se no presente artigo se a obrigação da elaboração é fator mais forte que a própria consciência da responsabilidade social das empresas, ou ainda se a imposição obrigatória de elaboração e publicação não inibir a criatividade com qual demonstração vem sendo elaborada.

## **Palavras-chave:**

Responsabilidade Social. Balanço Social. Legislação. Obrigação.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciência Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus de Cacoal, Sob a orientação do professor Ms. Wellington Silva Porto.

## INTRODUÇÃO

No atual mundo globalizado, para enfrentar a concorrência, não basta diminuir custos e aumentar a produtividade, novos critérios passaram a ser incorporados na gestão das empresas para que estas obtenham sucesso como, por exemplo, as causas sociais e culturais.

Assim se posicionam Silva e Freire para os quais “Os critérios de avaliação do sucesso começam a incorporar dimensões que vão além da organização econômica e que dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental” (2001 p.33).

A sociedade com seu poder de compra têm se tornado mais exigente quanto à qualidade de vida e mais sensível às causas sociais, adquirindo cada vez mais produtos e serviços de empresas que investem no social, como afirma Silva e Freire (2001 p.35):

Em um regime democrático a sociedade civil organizada é um viveiro de princípios reguladores das práticas econômicas políticas e institucionais. As demandas das organizações sindicais, dos movimentos ecológicos, feminista e negro, das associações de consumidores e dos usuários de serviços são exemplo de como os diversos segmentos da sociedade sabem mobilizar-se para reivindicar novos critérios de convivências que muitas vezes afetam diretamente as formas de rentabilidade econômica.

Em decorrência disto, algumas organizações empresariais começaram a investir no social como uma forma de estratégia empresarial, e evidentemente surgiu o interesse em tornar público estes investimentos, fazendo com que diversas empresas divulgassem relatórios informativos de responsabilidade social, o qual vem sendo usualmente denominado de balanço social.

Sendo assim, algumas empresas começaram a divulgar relatórios de investimentos sociais no quais as empresas demonstravam à sociedade a forma como as mesmas tratavam as causas sociais.

Assim, os objetivos específicos deste trabalho se voltam para o surgimento desta nova demonstração, analisando suas origens e finalidades, dando maior ênfase ao surgimento desta no Brasil, a importância de sua elaboração e respectiva publicação, as diferentes metodologias de elaboração e demonstrar o grau de importância que esta vem recebendo entre os clientes de algumas organizações.

Procura-se analisar, de forma bibliográfica, como a legislação de alguns Países e principalmente do Brasil, tratam deste tema, o qual vem evidenciar as responsabilidades sociais das empresas nestes instaladas. Estuda-se como o fator da compulsoriedade na elaboração e publicação do Balanço Social, através de legislações, pode influenciar positiva

ou negativamente na propagação da idéia da publicação do balanço social, sendo este o objetivo geral deste trabalho.

## **1 BALANÇO SOCIAL**

Afinal o que vem a ser balanço social?

Vários são os autores que definem o tema. Para de Luca (1998 p. 24) “O balanço social é um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo, bem como avaliar a relação de resultado da empresa e da sociedade”.

Assim, de acordo com o autor o balanço social é um demonstrativo que relata todos os investimentos da empresa no campo social.

Para Silva e Freire (2001) “o balanço social é um documento que reúne informações de atividades que a empresa desenvolve em prol do desenvolvimento humano e social, em relação a seus empregados e à comunidade em que a mesma está inserida”.

Percebe-se que, para os referidos autores, o balanço social contém informações de caráter interno (empresa - empregados) e externo (empresa – comunidade).

Para Kroetz (2000 p. 136).

O balanço social representa a demonstração dos gastos e das influências (favoráveis e desfavoráveis) recebidas e transmitidas pelas entidades, na promoção humana, social e ecológica, e os efeitos dessa interação são dirigidos aos gestores, aos empregados e à comunidade, no espaço temporal passado/presente/futuro,

Assim fica claro ser o balanço social um demonstrativo que evidência as responsabilidades sociais da empresa.

Já para Marion (2002) “o balanço social é um demonstrativo que visa dar informações do desempenho econômico e social da empresa para a comunidade”.

Para Marion o balanço social deve conter informações de caráter econômico e social, o que facilitaria a comparação da evolução do relacionamento entre a empresa e a comunidade. Encontra-se conceito de balanço social também em justificativa de projeto de lei, como o apresentado pela Deputada Federal, Marta Suplicy em 1997 no congresso nacional, o qual foi arquivado por motivos diversos, em que diz em seu artigo 2º:

O balanço social é um instrumento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente (PL nº 3.116/97).

Assim, de forma ampla o balanço social vem a ser uma demonstração que tem por objetivo principal evidenciar todos os investimentos que a empresa desenvolve em prol de seus empregados e da comunidade em geral.

## **2 ORIGENS E FINALIDADES DO BALANÇO SOCIAL**

Um dos objetivos da contabilidade é refletir a realidade patrimonial e isso é realizado por um conjunto de demonstrações, o qual tradicionalmente é inserido apenas informações de caráter econômico, financeiro e patrimonial, não atendendo aos desejos do usuário interessados em informações de cunho social. Assim surge o balanço social, que de forma ampla tem por objetivo apresentar informações de caráter social e ecológico (KROETZ, 2000).

Tinoco (2001) esclarece que a responsabilidade social das empresas torna-se questão de debate pela primeira vez nos Estados Unidos nas décadas de 60 e 70, em decorrência de algumas empresas deste país estarem envolvidas na guerra do Vietnã.

A utilização de armamentos sofisticados, como gases letais e bombas de fragmentação produzidas pelas empresas norte-americanas geraram profunda insatisfação popular fazendo com que parte dos consumidores e investidores deixassem de consumir e investir em empresas que estivessem direta ou indiretamente ligadas ao conflito.

No intuito de estabelecer e melhorar sua imagem perante a sociedade, algumas empresas começaram a investir em causas sociais e ambientais, surgiram daí os primeiros relatórios de informações sociais realizados pelas empresas (TINOCO 2001).

Já na Europa, Kroetz (2001, p.55) afirma que “a idéia de balanço social ganhou força com o espírito de solidariedade do bloco econômico em formação, tendo em vista que este enfatizava os aspectos de planejamento humano e social na empresa”.

Assim, sobretudo na década de 60, vários países da Europa Ocidental, se destacaram na propagação da idéia de balanço social.

Em 1977, a França torna-se o primeiro país do mundo a ter uma lei que obriga as empresas com mais de 700 funcionários a elaborar e publicar o balanço social. Essa lei

(77.679 de 12 de julho 1977) posteriormente foi reformulada e este número foi reduzido significativamente para empresas com mais de 300 funcionários (SILVA E FREIRE, 2001).

Contudo, o que se pode considerar com um marco na história do balanço social, ocorre na França em 1972 quando a empresa Singer elabora o primeiro balanço socioeconômico (TINOCO 2001, p.30).

Posteriormente, outros países da Europa e do mundo começaram a editar leis que versavam sobre balanço social, como Portugal que através da lei 141/85 passou a obrigar todas as empresas com mais de 100 funcionários a elaborar balanço social, estabelecendo multas pelo seu descumprimento (SILVA E FREIRE, 2001).

Na Espanha e Grã-Bretanha não existe obrigação legal de elaborar e publicar balanço social, contudo algumas empresas o fazem por terem consciência das responsabilidades sociais da empresa (TINOCO 2001, p.129).

### **3 BALANÇO SOCIAL NO BRASIL**

A tomada de consciência de alguns empresários pelas causas sociais começa a surgir com a criação da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), com sede na cidade de São Paulo, em decorrência de esta promover uma pregação sobre a responsabilidade do dirigente da empresa nas questões sociais( SILVA E FREIRE, 2001).

Já em 1977 a ADCE era uma associação de âmbito nacional e neste ano foi realizado o 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas, sendo que neste o tema central era o balanço social da empresa (TINOCO, 2001, p.134).

Um dos princípios da ADCE é de que as empresas além de produzirem bens e serviços, devem possuir uma função social que se realiza em nome dos trabalhadores e do bem estar da comunidade em geral.

Apesar da criação da ADCE,

a conjuntura nacional daquele período não era propícia para idéias de transformação e mudança tanto de mentalidade, quanto de ação. A idéia de responsabilidade social nas empresas, que já motivava algumas discussões desde os anos 60, também sofreu com a falta de liberdade e as restrições impostas pela ditadura militar pós 1964. (SILVA E FREIRE, 2001 p.17).

Contudo, ainda durante a ditadura militar, na década de 70, foi criado o primeiro tipo de relatório que aborda assuntos sociais e de recursos humanos, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), obrigatório para todos os empregadores, cujo objetivo era



divulgar as informações de investimentos sociais que as empresas efetivaram no período de um ano. A RAIS surgiu primeiro que o balanço social Francês, entretanto suas informações são muito inferiores qualitativa e quantitativamente (SILVA E FREIRE, 2001).

De acordo com Silva e Freire (2001) com a redemocratização, sobretudo com a nova Constituição da República em 1988, dando ampla liberdade às iniciativas privadas e as organizações sociais, começaram a surgir movimentos pelas causas sociais, com efetiva participação popular, como por exemplo, as greves do ABC Paulista, as lutas pelas questões raciais e os embates dos ambientalistas.

De acordo com os citados autores, as organizações da Sociedade Civil e as Organizações Não Governamentais (ONGs), livres de censuras, começaram a denunciar em meios de comunicação empresas e organizações que tratavam com indiferenças as questões relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento da coletividade.

Em decorrência disto, algumas empresas começaram a investir em áreas sociais, melhorando o relacionamento com seus funcionários e com o meio em que a mesma está inserida.

Prosseguindo os referidos autores esclarecem que, sendo assim, surgiu a necessidade, e até mesmo o interesse em publicar estas novas ações da empresa. Surgiram assim relatórios destes investimentos que em comparação ao balanço contábil, começaram a serem denominados de balanço social, denominação esta que se tornou cada vez mais usual.

Enfim:

No ano de 1984, foi publicado, de maneira completamente voluntária, o primeiro relatório de cunho social de uma empresa brasileira: o relatório de atividades sociais da Nitrofertil, empresa estatal que se situava no Estado da Bahia. Esse documento tentava dar publicidade às ações sociais realizadas e ao processo participativo desenvolvido na empresa durante aquele período. O documento recebeu o nome de Balanço Social da Nitrofertil (SILVA E FREIRE, 2001).

Nos anos subseqüentes várias empresas começaram a elaborar e a publicar seus balanços sociais, como o BANESPA a TELEBRÁS dentre outras.

Contudo foi apenas nos anos 90 que a mudança de mentalidade do empresariado brasileiro ganha expressão ou como diz Kroetz (2000 p.59),

Na década de 90, este cenário começa alterar-se. O balanço encontrou defensores de expressão que incentivavam sua publicação, chamando a atenção da comunidade política e empresarial. O Sociólogo Herbert de Sousa (Betinho, 1935-1997) talvez tenha sido o grande interlocutor e promotor dessa nova realidade, pois lutou de forma incansável para realizar um de seus sonhos, implantar um Balanço Social adequado à realidade brasileira, apoiando-se sempre no Instituto Brasileiro de Análises Sociais – econômicas (IBASE).

Em 1997 o sociólogo HERBERT DE SOUZA (BETINHO) escreveu e publicou um artigo conhecido como “EMPRESA PÚBLICA E CIDADÃ”, o que levou a um grande debate na mídia brasileira sobre as questões da responsabilidade social das empresas (SILVA E FREIRE, 2001).

Betinho tinha a opinião de que:

O balanço social atende a todos. Para os dirigentes, oferece os elementos essenciais para as decisões sobre programas e responsabilidades sociais que a empresa venha a desenvolver. Os empregados têm a garantia de que as expectativas cheguem até os padrões de uma forma sistematizada e quantificada. Os fornecedores e investidores passam a conhecer a maneira como a empresa encara responsabilidades em relação ao quadro humano, o que representa um indicador de como a empresa é administrada. [...] vários são os itens de verificação das atividades sociais: educação, saúde, atenção à mulher, preservação do meio ambiente, contribuições para melhoria de vida e de trabalho dos funcionários, desenvolvimento de projetos comunitários, erradicação da pobreza, geração de renda e criação de postos de trabalho (Tinoco, 2001, p.135).

Em decorrência deste debate o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), juntamente com Betinho lançam uma campanha pela publicação do balanço social das empresas, alegando que a publicação deste seria o primeiro passo para uma empresa se tornar uma Empresa Cidadã. Em torno desta campanha estavam varias empresas, como o Banco do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) etc.

Ressalta-se que segundo Silva e Freire (2001) “esta campanha não apenas incentivava a elaboração e a publicação do balanço social, como também propunha um modelo para que se tornasse possível a comparação entre balanços sociais de diferentes empresas”.

A repercussão desta campanha levou a Deputada Federal do Estado de São Paulo, Marta Suplicy, a elaborar e a propor o projeto de lei 3116/97 que discorria sobre a elaboração e publicação do balanço social por empresas que continham mais de 100 funcionários, projeto este que foi arquivado devido a sua autora, por motivos diversos, não mais ter retornado à Câmara dos Deputados.

Este projeto de lei foi assinado por mais duas Deputadas Federais: Sandra Starling e Maria da Conceição Tavares.

Entretanto, tal projeto de lei foi reapresentado, em 1999, pelo Deputado Federal Paulo Rocha, com a numeração 0032/99, sendo que este ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional.

Muitas instituições defendem a necessidade de uma lei obrigando a publicação do balanço social. O próprio Sociólogo Herbert de Souza foi uma das pessoas que sempre lutou

pela regulamentação deste tema. O próprio Ibase alega que se houvesse uma lei regulamentando a publicação do balanço social facilitaria a avaliação adequada da função social da empresa, tendo em vista que sem lei as empresas tendem a divulgar apenas aquilo que lhes são mais convenientes, ficando assim, o balanço social, assemelhado a uma peça de publicidade (NEGRA, TEIXEIRA, CARMO, 2002).

Entretanto, em posição contrária, Serra Negra (2000b) diz que:

No Brasil já se foi o tempo em que o profissional contábil partia da premissa de só fazer o que era obrigatório. As novas relações de negócios do mundo moderno, a necessidade de informações exatas e em on-line e a rapidez no processo de tomada de decisões fizeram com que fosse desenvolvida uma postura mais gerencial nas atividades dos profissionais contábeis. Dessa forma não vejo porque necessitar de uma lei, sentido jurídico da obrigatoriedade, para que possamos desenvolver bem nosso trabalho. Os contadores da atualidade são profissionais comprometidos com as empresas e incluem, em suas atividades, trabalhos que são importantes inclusive para os governos e para a comunidade. A parte normativa da Contabilidade perde cada vez mais sua essência. A parte científica da relação dos fenômenos patrimoniais cresce a cada dia. A diversidade do mundo empresarial e globalizado da atualidade não permite assentarmos em conhecimentos estáticos, de procurarmos novas soluções para problemas velhos, mas de estarmos procurando, de um lado para outro, novas soluções para novos problemas.

Diversas instituições têm discutido a respeito da obrigação ou da voluntariedade na publicação do balanço social, porém ainda não se tem chegado a um consenso sobre a obrigação da elaboração do balanço social no Brasil.

Em alguns municípios ocorreram iniciativas de lei, sobretudo no Estado de São Paulo, onde várias câmaras de vereadores apresentaram projetos que incentivavam a elaboração e a publicação de balanço social.

Vários destes projetos chegaram a serem aprovados, alguns merecem destaque como o da cidade de São Paulo que criou o dia e o selo da empresa Cidadã às empresas que apresentarem qualidade em seu balanço social, o qual já premiou várias empresas naquela cidade (SILVA E FREIRE, 2001).

#### **4 A QUESTÃO DA PADRONIZAÇÃO DE UM MODELO DE BALANÇO SOCIAL**

Outra questão que se tem levantado grande polêmica é a questão da padronização de um modelo de balanço social para as empresas brasileiras. Para Silva e Freire (2001 p.126-7).

Para que o balanço social exerça seu papel de instrumento de gestão empresarial, é preciso que por meio dele seja possível medir e julgar fatos sociais

vinculados à empresa, tanto no seu interior ( empresa x funcionários), como a sua volta ( empresa x comunidade). Se é o balanço social que dá aos dirigentes, empregados, fornecedores, investidores, consumidores e ao Estado uma radiografia de como a empresa encara suas responsabilidades públicas e cidadãs, ele deve compor uma base de indicadores consistentes e que possam ser acompanhados ao longo dos anos. Portanto, se a forma de apresentação de informações for inteiramente livre, como tem sido a prática, torna-se difícil uma avaliação adequada da função social da empresa, já que ela tende a informar apenas o que lhe parece conveniente e, geralmente, sem dimensionar valores de gastos. Dessa forma, o balanço social confunde-se com uma mera peça de marketing.

Para estes autores haveria a necessidade de que a divulgação de informações de caráter social não fosse feita de forma totalmente voluntária, havendo a necessidade de um modelo simples que qualquer empresa se pudesse enquadrar.

Contudo, existem autores os quais possuem posicionamento a favor de que a padronização deve se restringir a apenas a algum tipo de informações, para que o balanço social não se torne apenas um formulário a ser preenchido, como Serra Negra (2000 b) que diz:

Um dos pontos mais polêmicos é com referência à padronização do Balanço Social. Entre os profissionais contábeis a padronização é sempre vista com parcimônia. Se por um lado elas favorecem a comparabilidade das informações, por outro acaba colocando o profissional em uma “camisa de força” na qual limita a criatividade e o alcance das informações que deveriam ser prestadas. Na contabilidade a padronização acontece sob duas formas: através de imposição legal ( lei, decreto, resolução, etc.) ou através de convenção ( uso e costume). Em minha opinião o balanço social não deve ser totalmente padronizado. A padronização deve ser imposta para itens econômico-financeiros que permitam uma base de comparação de desempenho empresarial entre uma empresa e outra, e ser livre para as informações que são típicas de determinadas empresas. Levar em consideração o tipo de empresa e seu *modus operandis* devem merecer atenção especial dos contabilistas e legisladores do País.

Para alguns a padronização de um modelo de balanço social deve ser levado com cautela pelas instituições, para que não venha a inibir a criatividade de empresas que já divulgam o balanço social segundo a metodologia mais adequada à realidade da empresa, entretanto são a favor da necessidade de uma padronização mínima, como ensina (TINOCO, 2001, p.128).

[...] para que tal demonstração consiga perpetuar, faz-se necessário o desenvolvimento de uma metodologia básica, capaz de atender às necessidades dos usuários, suscetível de proporcionar comparações entre balanços de exercícios e entidades diferentes, mas que não venham a restringir a criatividade das entidades divulgadoras, propiciando a elas a possibilidade de continuar criando alternativas e melhoramentos, com vistas a inovar e apresentar cada vez melhor as influências exercidas perante a sociedade e o meio ambiente.

No Brasil, talvez por falta de uma legislação que trouxesse parâmetros mínimos de como deve ser elaborado o balanço social, algumas entidades têm promovido estudos e

pesquisa no intuito de proporem modelos de balanço social que sejam viáveis à realidade das empresas brasileiras.

Atualmente, existem no país três correntes que predominam na sugestão de modelos de balanços sociais. (NEGRA, TEIXEIRA, CARMO, 2002).

A mais conhecida e divulgada entre as empresas é o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o qual propôs um modelo de balanço social que aborda itens laborais, sociais e indicadores do corpo funcional. A característica principal deste modelo é a simplicidade, que segundo seus elaboradores tal modelo serviria para estimular as empresas a elaborarem o balanço social tendo em vista que qualquer empresa independente do número de funcionários teria condições de neste se enquadrarem. As empresas que elaborarem seu balanço social no modelo sugerido pelo Ibase receberão o selo de Empresa Cidadã (SILVA e FREIRE, 2001).

A segunda corrente surgiu com projeto de lei da Deputada Marta Suplicy, o qual propõe um modelo de balanço social que contenha informações sobre faturamento bruto, valor bruto da folha de pagamento, valores gastos em saúde do trabalhador, investimento realizado no meio ambiente, na sociedade etc. Sua principal característica é ser informativa. Tem recebido críticas por parecer mais com um formulário burocrático a ser preenchido e sua elaboração ser sugerido apenas para empresas com 100 ou mais funcionários.(NEGRA, TEIXEIRA, CARMO, 2002).

A terceira corrente é o modelo sugerido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o qual se assemelha ao modelo proposto pelo Ibase. Contudo, é considerado um intermediário entre os dois anteriores, tendo em vista que neste se insere informações laborais, indicadores do corpo funcional, faturamento bruto e etc. A principal característica deste modelo é sua fácil implantação e entendimento (NEGRA, TEIXEIRA, CARMO, 2002).

Outras entidades também têm se esforçado no sentido de elaborarem um modelo de balanço social, como por exemplo, o instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social, contudo não diferem muito do modelo proposto pelo Ibase.

## **5 IMPORTANCIA DA ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL**

Uma das principais importâncias na publicação do balanço social é dar maior transparência nas ações que a empresa realizou em prol da comunidade. Assim:

Ao publicar seu balanço social a empresa estará dizendo ao público o que ela gastou em determinado indicador[...] daí a importância da ampla divulgação do

balanço social, pois quanto mais o público acompanha o desempenho da empresa em um dos indicadores, maior será a probabilidade de incremento neles. O mercado será o grande auditor das empresas. Aquela que divulgar dados não condizentes com a realidade poderá ser desmascarada e pagar preço elevado em função da deterioração de sua imagem com o público. (SILVA E FREIRE, 2001, p.128).

Percebe-se assim que a importância não se restringe apenas a publicação, é necessário que os dados sejam condizentes com a realidade, tendo em vista que a divulgação de dados incorretos acarretará danos à imagem da empresa.

O balanço social, além de ser uma demonstração que tem por objetivo dar transparências às ações sociais da empresa, também pode ser usado como um instrumento de gestão, como se expressa Kroetz (2000 p. 68).

O balanço social, antes de ser uma demonstração endereçada à sociedade é considerado uma ferramenta gerencial, pois reunirá dados qualitativo e quantitativo sobre as políticas administrativas e sobre as relações entidades/ambiente, os quais poderão ser comparados e analisados de acordo com as necessidades dos usuários internos, servindo como instrumento de controle, de auxílio para as tomadas de decisões e na adoção de estratégias.

O balanço social influenciará na relação da entidade com seus cooperados, melhorando o relacionamento com os empregados, com os fornecedores e a comunidade.

O balanço social pode ser um instrumento que amplie e reforce a integração da entidade com os empregados, acolhendo sugestões e estimulando a participação voluntária de todos os níveis da organização, funcionando como uma ferramenta de controle e de estímulo à qualidade organizacional. Sua contribuição para qualidade dos negócios é essencial, pois será ele uma demonstração que irá divulgar os investimentos e as influências da entidade para com o ambiente externo, e será, ainda, um importante instrumento gerencial, à medida que apresentar diversos indicadores e parâmetros, capazes de interferir no desenvolvimento do planejamento organizacional, em todos os níveis (KROETZ 2000 p. 82).

A importância do balanço social vem ganhando espaço na forma de analisar as entidades de forma que Santos e Carvalho (apud KROETZ, 2000, p. 69) discorrem que,

dada a relevância e importância que esse assunto vem adquirindo, os responsáveis pela elaboração técnica de Melhores e Maiores estão desenvolvendo estudos no sentido de incluir no cálculo de excelência empresarial[...] índices que levem em consideração a divulgação de informações relativas ao balanço social.

O balanço social tornou-se assim, mais um instrumento de competitividade e sobrevivência entre as empresas, pois,

o consumidor, enquanto cidadão quer saber se a produção não foi obtida à custa da impureza do ar, da poluição dos rios, da morte de animais, dos desmatamentos, da

dignidade de seus habitantes, entre tantos outros males provocados pela ganância do homem, nem sempre racional (KROETZ, 2000, p 57).

O balanço social favorece a todos os grupos que interagem com a empresa. Para os dirigentes fornece informações úteis que subsidiem as tomadas de decisões e favorece o relacionamento entre o corpo funcional da empresa. Enfim, como dizia o Sociólogo Herbert de Sousa “o balanço social não tem donos, só beneficiários” (SILVA E FREIRE, 2001).

Ainda com relação aos benefícios do balanço social, Leal e Cordeiro (1999) afirmam que “o balanço social atende a todos os grupos que interagem com a empresa, pois a informação é base para o conhecimento, e este é imprescindível para qualquer relacionamento que objetive confiança, segurança e honestidade”.

## 6 DIFERENTES METODOLOGIAS

Segundo Silva e Freire (2001) o Balanço social no Brasil tem sido preparado de diversas formas, segundo o critério de cada empresa ou entidade, levando em consideração as informações sociais que as empresas dispõe no momento de sua elaboração.

Algumas entidades, como o IBASE, propuseram-se a elaborar modelos de balanço social para que a elaboração deste não fique a critério arbitrário, não permitindo assim a comparação e a continuidade dos investimentos.

O IBASE, desde 1997, vem promovendo campanhas e elaborando modelos de balanço social para as empresas que estiverem dispostas a adotar tal modelo, sendo que as empresas que divulgarem informações de investimentos sociais neste modelo receberão o selo de “EMPRESA CIDADÃ”( [www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm](http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm) ).

Para Silva e Freire (2001) esse modelo tem quatro particularidades que valem a pena ser destacado:

- a)** Foi criado com base na iniciativa de uma ONG, que cobra transparência e efetividade nas ações sociais e ambientais das empresas;
- b)** Separa as ações e os benefícios obrigatórios, dos realizados de forma voluntária das empresas;
- c)** É basicamente quantitativo;
- d)** Se for corretamente preenchido, pode permitir a comparação entre diferentes empresas e uma avaliação de uma mesma corporação ao longo dos anos.

O modelo proposto pelo Ibase é o mais adotado pelas empresas brasileiras, sendo que somente no ano de 2006, esta instituição premiou 52 (cinquenta e duas) empresas com o selo “Empresa Cidadã”, cuja estrutura proposta é apresentada como modelo, conforme pode ser visto na figura 1.

1 - Base de Cálculo		2006	2005
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Receita líquida (RL)		0	0
Resultado operacional (RO)		0	0
Folha de pagamento bruta (FPB)		0	0
2 - Indicadores Sociais Internos		2006	2005
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Alimentação		0	0
Encargos sociais compulsórios		0	0
Previdência privada		0	0
Saúde		0	0
Segurança e saúde no trabalho		0	0
Educação		0	0
Cultura		0	0
Capacitação e desenvolvimento profissional		0	0
Creches ou auxílio-creche		0	0
Participação nos lucros ou resultados		0	0
Outros		0	0
Total - Indicadores sociais internos		0	0
3 - Indicadores Sociais Externos		2006	2005
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Educação		0	0
Cultura		0	0
Saúde e saneamento		0	0
Esporte		0	0
Combate à fome e segurança alimentar		0	0
Outros		0	0
Total das contribuições para a sociedade		0	0
Tributos (excluídos encargos sociais)		0	0
Total - Indicadores sociais externos		0	0
4 - Indicadores Ambientais		2006	2005
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		0	0
Investimentos em programas e/ou projetos externos		0	0
Total dos investimentos em meio ambiente		0	0
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		(   ) não possui metas   (   ) cumpre de 51 a 75% (   ) cumpre de 0 a 50%   (   ) cumpre de 76 a 100%	(   ) não possui metas   (   ) cumpre de 51 a 75% (   ) cumpre de 0 a 50%   (   ) cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2006	2005
		Valor (Mil reais)	Valor (Mil reais)
Nº de empregados(as) ao final do período		0	0
Nº de admissões durante o período		0	0
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		0	0
Nº de estagiários(as)		0	0
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		0	0



Nº de mulheres que trabalham na empresa	0	0
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%	0,00%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	0	0
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%	0,00%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	0	

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2006			Metas 2007		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0			0		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	( ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____	na empresa _____	no Procon _____	na Justiça _____
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%	na empresa _____%	no Procon _____%	na Justiça _____%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2006:			Em 2005:		

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	___% governo	___% colaboradores(as)	___%	___% governo	___% colaboradores(as)	___%
	acionistas	___% terceiros	___% retido	acionistas	___% terceiros	___% retido

**7 - Outras Informações**

Este espaço está disponível para que a empresa agregue outras informações importantes quanto ao exercício da responsabilidade social, ética e transparência.

Figura 1 – Modelo do Balanço Social IBASE

Fonte: [www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm](http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm) (2007)

## 6.1 ORIENTAÇÃO DE PREENCHIMENTO

Algumas orientações sobre o preenchimento do modelo Ibase:

Receita líquida: receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos comerciais

Resultado operacional: lucro ou prejuízo apresentado pela empresa no período.

Folha de pagamento bruta: somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social).

Alimentação: gastos com restaurante, vale-refeição, lanches, cestas básicas e outros relacionados à alimentação dos empregados (as).

Previdência privada: planos especiais de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios a aposentados (as) e seus dependentes.

Saúde: plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde, inclusive dos aposentados (as).

Educação: gastos com ensino regular em todos os níveis, reembolso de educação, bolsas, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca (excluído pessoal) e outros gastos com educação.

Cultura: gastos com eventos e manifestações artísticas e culturais (música, teatro, cinema, literatura e outras artes).

Capacitação e desenvolvimento profissional: recursos investidos em treinamentos, cursos, estágios (excluído os salários) e gastos voltados especificamente para capacitação relacionada com a atividade desenvolvida por empregados(as).

Creche ou auxílio-creche: creche no local ou auxílio-creche a empregados(as).

Participação nos lucros ou resultados: participações que não caracterizem complemento de salários.

Outros benefícios: seguros (parcela paga pela empresa), empréstimos (só o custo), gastos com atividades recreativas, transportes, moradia e outros benefícios oferecidos a empregados (as) podem ser aqui enumerados.

Total das contribuições para a sociedade: somatório dos investimentos na comunidade que aparecem discriminados.

Tributos (excluídos encargos sociais): impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais.

Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa: investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos/efluentes, despoluição, gastos com a introdução de métodos não-poluentes, auditorias ambientais, programas de educação ambiental para os (as) funcionários(as) e outros gastos com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa.

Investimentos em programas/projetos externos: despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ecológicas e educação socioambiental para a comunidade externa.

Outras entidades, como o instituto Ethos, também têm elaborado modelos de balanço social, entretanto as divergências de informações tem sido poucas, como ensina Kroetz (2000 p.127).

As metodologias, encontradas no banco de dados, não diferem muito. Praticamente, todas as entidades procuram apresentar, por meio de dados qualitativos e quantitativos, suas influências positivas para com funcionários, comunidade, governo e meio ambiente, não divulgando possíveis influências negativas [...] a diferença básica está na estruturação do Balanço Social de cada entidade. Por não existir uma metodologia-padrão, utiliza-se da criatividade para preparar a demonstração, obtendo-se excelentes resultados.

Prosseguindo o referido autor ensina que os pontos comuns encontrados nos modelos de Balanços Sociais elaborados por algumas instituições são que estas:

- 1) Divulgam dados quantitativos e qualitativos, com predominância para os qualitativos;
- 2) Apresentam valores gastos na remuneração de: funcionários, administradores, acionistas, terceiros e governos;
- 3) Revelam preocupações com o quadro funcional, e são dados que compõem a maioria das informações contidas nos Balanços Sociais;
- 4) Demonstram o apoio e investimentos a programas de educação, cultura, esporte e lazer, no âmbito interno e externo à organização;
- 5) Desenvolvem projetos na área de saúde, procurando divulgar tais resultados;

- 6) Divulgam valores investidos e iniciativas implementadas na área do meio ambiente;  
7) Apresentam outras contribuições à comunidade.

Balanco Social / 2006 Modelo para instituições de ensino, fundações e organizações sociais					
<b>1. Identificação</b>					
Nome da instituição:		Tipo/categoria (conforme instruções):			
Natureza jurídica: <input type="checkbox"/> associação <input type="checkbox"/> fundação <input type="checkbox"/> sociedade		Sem fins lucrativos? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Isenta da cota patronal do INSS? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não			
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS)? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		Possui registro no: <input type="checkbox"/> CNAS <input type="checkbox"/> CEAS <input type="checkbox"/> CMAS			
De utilidade pública? <input type="checkbox"/> não Se sim, <input type="checkbox"/> federal <input type="checkbox"/> estadual <input type="checkbox"/> municipal		Classificada como OSCIP (lei 9790/99)? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não			
<b>2. Origem dos recursos</b>	<b>2006</b> Valor (mil reais)		<b>2005</b> Valor (mil reais)		
Receitas Totais		100%		100%	
a. Recursos governamentais (subvenções)					
b. Doações de pessoas jurídicas					
c. Doações de pessoas físicas					
d. Contribuições					
e. Patrocínios					
f. Cooperação internacional					
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos					
h. Outras receitas					
<b>3. Aplicação dos recursos</b>	<b>2006</b> Valor (mil reais)		<b>2005</b> Valor (mil reais)		
Despesas Totais		100%		100%	
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal)					
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)					
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)					
Operacionais					
Impostos e taxas					
Financeiras					
Capital (máquinas + instalações + equipamentos)					
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)					
<b>4. Indicadores sociais internos</b> (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))	<b>2006</b> Valor (mil reais)	% sobre receita	<b>2005</b> Valor (mil reais)	% sobre receita	metas 2007
a. Alimentação					
b. Educação					
c. Capacitação e desenvolvimento profissional					
d. Creche ou auxílio-creche					
e. Saúde					
f. Segurança e saúde no trabalho					
g. Transporte					
h. Bolsas/estágios					
i. Outros					
Total – Indicadores sociais internos					
<b>5. Projetos, ações e contribuições para a sociedade</b> (As ações e programas aqui listados são exemplos, ver instruções)	<b>2006</b> Valor (mil reais)	% sobre receita	<b>2005</b> Valor (mil reais)	% sobre receita	metas 2007
a. Assistência jurídica	R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____		R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____		R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____
b. Diversidade, etnia e questão racial	R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____		R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____		R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____
c. Educação popular/alfabetização de jovens e adultos(as)	R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____		R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____		R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____
d. Empreendedorismo/apoio e capacitação	R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____		R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____		R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____
e. Segurança alimentar/combate à fome	R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____		R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____		R\$ _____ N° pessoas beneficiadas _____ N° entidades beneficiadas _____
Valores totais					
<b>6. Outros indicadores</b>	<b>2006</b>		<b>2005</b>		metas 2007
N° total de alunos(as)					
N° de alunos(as) com bolsas (integral)					
Valor total das bolsas (integral)					
N° de alunos(as) com bolsas parciais					
Valor total das bolsas parciais					
N° de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa					
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa					

7. Indicadores sobre o corpo funcional	2006	2005	metas 2007
Nº total de empregados(as) ao final do período			
Nº de admissões durante o período			
Nº de prestadores(as) de serviço			
% de empregados(as) acima de 45 anos			
Nº de mulheres que trabalham na instituição			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			
Idade média das mulheres em cargos de chefia			
Salário médio das mulheres			
Idade média dos homens em cargos de chefia			
Salário médio dos homens			
Nº de negros(as) que trabalham na instituição			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)			
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia			
Salário médio dos(as) negros(as)			
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição			
Salário médio dos(as) brancos(as)			
Nº de estagiários(as)			
Nº de voluntários(as)			
Nº portadores(as) necessidades especiais			
Salário médio portadores(as) necessidades especiais			

  

8. Qualificação do corpo funcional	2006	2005	metas 2007
Nº total de docentes			
Nº de doutores(as)			
Nº de mestres(as)			
Nº de especializados(as)			
Nº de graduados(as)			
Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo			
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)			
Nº de graduados(as)			
Nº de graduandos(as)			
Nº de pessoas com ensino médio			
Nº de pessoas com ensino fundamental			
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto			
Nº de pessoas não-alfabetizadas			

  

9. Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social	2006	metas 2007
Relação entre a maior e a menor remuneração		
O processo de admissão de empregados(as) é:	____ % por indicação    ____ % por seleção/concurso	____ % por indicação    ____ % por seleção/concurso
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros(as) <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> negros(as) <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/> _____
A organização desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade entre alunos(as) e/ou beneficiários(as)?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros(as) <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> negros(as) <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/> _____
Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos
A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:	<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis	<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis
Os processos eleitorais democráticos para escolha dos coordenadores(as) e diretores(as) da organização:	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários
A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para acompanhamento de:	<input type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> experimentação animal/viviseção <input type="checkbox"/> não tem	<input type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> experimentação animal/viviseção <input type="checkbox"/> não tem

  

10. Outras informações

Figura 1 – Modelo do Balanço Social IBASE

Fonte: [www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm](http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm) (2007)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema balanço social é ainda algo novo para a grande maioria do empresariado brasileiro. Certo é que o número de empresas que vem divulgando informações sociais em forma de demonstração está crescendo a cada dia, entretanto balanço social é ainda um tema confuso, tendo em vista a falta de legislação e de um modelo, ou ainda de incentivos do governo brasileiro.

A principal problemática está relacionada com a questão da obrigatoriedade, através de uma lei, da publicação do Balanço Social. Sabe-se que no Brasil o tema já tem ganhado repercussão, a ponto de já existir projetos de lei no sentido de regulamentar a obrigatoriedade da elaboração e publicação do Balanço Social.

Por outro lado sabe-se também que o Brasil é um País extremamente injusto, existindo inúmeras legislações que sufocam o empresariado, limitando assim a criatividade, que por ora é exigência de mercado. Certo é também que a maioria das empresas brasileiras tem se limitado a cumprir a lei, para as quais se houvesse uma lei obrigando a publicação do Balanço Social, seria este apenas mais um formulário a ser preenchido.

Assim percebe-se que o tema é algo confuso, mas que já vem ganhando força entre os empresários brasileiros. No Brasil o tema começa a ganhar repercussão na década de 90, quando o Balanço social começa a ganhar adeptos de expressão, como o Sociólogo Herbert de Sousa.

O fator preponderante que fez surgir o Balanço social é uma mudança de mentalidade dos consumidores, os quais passaram a adquirir cada vez menos produtos ou serviços de empresas que degradam o meio ambiente e que tratam as causas sociais com indiferenças.

Percebe-se que o tema realmente merece uma regulamentação para que esta idéia sedimentalize, entretanto isto deve ser providenciando com cuidado para não ser criado mais um daqueles formulários burocráticos que o governo costuma criar, os quais geralmente são “camuflados”. Nesse caso, a voluntariedade na publicação seria o mais ideal, tendo em vista que o principal fiscal desta demonstração é o próprio cliente da empresa.

Verifica-se que a importância do balanço social vem aumentando na sociedade, tendo em vista que esta vem se tornando mais exigente com a relação às causas que afetam direta ou indiretamente a sua comunidade, ou a sociedade como um todo.

Diante das novas exigências do mercado percebe-se que o balanço social é elaborado justamente com o objetivo de atender estas exigências, que é a maior transparência na relação com a sociedade.

## REFERÊNCIAS

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 3.116/97. **Cria o Balanço Social Para as Empresas que Menciona e dá Outras Providências.**

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço Social Teoria e Prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

LEAL, Denio Aldo; CORDEIRO, Jaquilênio F. **Balanço Social.** Belo Horizonte: UFMG, 1999. Monografia

LUCA, Maria Martins de. **Demonstração do Valor Adicionado.** Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial.** São Paulo: Atlas, 2002.

NEGRA, Carlos Alberto Serra; TEIXEIRA, Fabrício Sousa; CARMO, Rosemeyre Francisca. O Balanço Social na Gestão de Ensino Superior. **Revista Brasileira de Contabilidade**, nº 138, Novembro/Dezembro de 2002, p. 69-87.

NEGRA, Carlos Alberto Serra. Inserindo o Balanço Social no Contexto de Decisões do Mercado de Capital. **Revista da CVM.** Rio de Janeiro: CVM, nº 32, 2000b.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Sousa (org). **Balanço Social Teoria e Prática.** São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações.** São Paulo: Atlas, 2001.

## BIBLIOGRAFIA

CALIXTO, Laura. Vintes Anos de Discussão Sobre o Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, nº 155, Setembro/Outubro de 2005 p.23-35.

GONÇALVES, Ernesto Lima. **Balanço Social da Empresa na América Latina.** São Paulo: Pioneira, 1990.

SPNIELLI, Enory Luiz. Balanço Social e Responsabilidade Técnica. **Revista Brasileira de Contabilidade**, nº 127, Janeiro/Fevereiro de 2001, p. 83-90.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social: Balanço Social da Transparência Corporativa e da Concentração Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, nº 135, Maio/Junho de 2002, p 56-74.